

Índice

O feminismo redescobre a maternidade.....	1
---	---

O feminismo redescobre a maternidade

A maternidade é o assunto pendente do feminismo, e diversas vozes do movimento pelos direitos da mulher estão a centrar as atenções sobre as exigências de mães que foram abandonadas a uma lógica comercial desvalorizadora dos cuidados. Estas pensadoras pró-maternidade asseguram que a diferença de género é, na realidade, a diferença da maternidade e reclamam ser necessária uma profunda transformação da sociedade para que coloque no centro as famílias e as suas necessidades.

A natalidade tem vindo a cair no mundo, as mulheres não têm o número de filhos que desejam, sofrem a impossibilidade da conciliação, atrasam o momento de engravidar por motivos económicos e enfrentam assim problemas de infertilidade crescentes.

E depois, quando finalmente o conseguem, sentem-se obrigadas a ser mães perfeitas e profissionais perfeitas com padrões impossíveis de alcançar.

“O ideal materno oscila entre a mãe sacrificada, ao serviço da família e das crianças, e a *superwoman* capaz de chegar a tudo conciliando o trabalho e a criação dos filhos”, assegura a jornalista Esther Vivas no seu livro [“Mamá desobediente: una mirada feminista a la maternidad”](#).

Entretanto, o feminismo – o maior movimento pela luta dos direitos da mulher dos últimos séculos – tem mantido uma relação tensa com a maternidade desde que o movimento centrou as suas reivindicações nos direitos reprodutivos nos anos 60 do século passado.

Agora, vozes feministas asseguram que a necessidade de repensar a maternidade numa ótica feminista é urgente devido à crise dos sistemas de bem-estar socioeconómico, à mercantilização da vida e à transformação do papel que a mulher assume na sociedade.

Mães sob pressão

No manifesto [“Motherhood”](#), Eliane Glaser, que é escritora e investigadora na School of Advanced Study de Londres, denuncia a pressão a que a sociedade submete as mães e assegura que a maternidade é “o assunto pendente do feminismo”.

Na reivindicação da necessidade de que o feminismo adote o seu discurso próprio sobre a maternidade confluem correntes totalmente diferentes do movimento, desde feministas pró-vida, até ativistas marxistas, chegando a análises muito similares.

Uma dessas vozes é a de Erika Bachiochi, investigadora no Ethics and Public Policy Center e no Abigail Adams Institute.

No seu livro [“The Rights of Women: Reclaiming a Lost Vision”](#), Bachiochi assegura que, nas suas origens, o feminismo advogava a maternidade de uma forma totalmente diferente da atual e assume como referencial a filosofia de Mary Wollstonecraft na sua obra fundadora do feminismo, “A Vindication of the Rights of Woman”, para estabelecer as bases de um novo movimento pelos direitos das mulheres, onde estariam incluídas as exigências da maternidade.

Uma relação complicada

Nas origens do movimento feminista nunca esteve a rejeição da maternidade. O feminismo socialista e o sufragismo nunca questionaram o papel das mulheres como mães.

“A maternidade era considerada uma tarefa central para a reprodução social e, enquanto tal, era utilizada como argumento para reivindicar uma série de direitos para as mulheres, como o sufrágio universal, o acesso às atividades políticas e leis de proteção da gravidez e da criação dos filhos”, salienta Esther Vivas.

Em vez disso, as reivindicações da segunda onda feminista – nos anos 60 do século XX – centraram-se nos direitos reprodutivos e em que as mulheres pudessem ter uma profissão em igualdade de condições com os homens. Na prática, esta abordagem fez com que o debate sobre a maternidade se limitasse ao aborto e ao que as feministas chamaram “a desnaturalização da maternidade”. Ou seja, a recusa da maternidade como destino da mulher.

As feministas pró-maternidade valorizam os avanços herdados, que derrubaram o mito de que a mulher devia ficar relegada ao espaço doméstico. No entanto, reconhecem que o feminismo não soube resolver a conta pendente que deixava com a maternidade, ao não querer enfrentar as contradições e dilemas que implicava, e a segunda onda deixou como legado um vazio para as mães.

“Por outras palavras, a maternidade é vista como uma instituição que causa a opressão das mulheres, e a solução feminista é evitar a maternidade, tanto na teoria, como na prática”, explica Andrea O’Reilly, docente na School of Women’s Studies da York University e diretora da Association for Research on Mothering.

Nos anos 90, a terceira onda feminista arrancou com a crítica às suas predecessoras de se terem centrado apenas na experiência e nas necessidades de mulheres brancas de classe média e terem deixado de fora as mulheres negras, transexuais, lésbicas e pobres.

A reclamação de incluir as reivindicações destes grupos de mulheres deu lugar ao que é conhecido como abordagem interseccional, defendendo que uma mulher sofre múltiplas discriminações, dependendo não só do seu sexo, como também da sua orientação sexual, da sua situação socioeconómica ou da sua raça.

Desta forma, o feminismo foi incluindo outras exigências, como as do ambientalismo ou as do movimento *queer*, mas não foi capaz de fazer o mesmo com as mães. “Ao longo da última década, quando as mães começaram a reclamar um feminismo para elas, não lhes foi concedido o mesmo respeito ou reconhe-

cimento”, refere O’Reilly, para quem “na maioria das vezes, a reivindicação foi banalizada, menosprezada e ridicularizada”.

A verdadeira diferença

O confinamento devido à pandemia da Covid-19 evidenciou que as mulheres continuam a assumir a maior parte dos cuidados domésticos e a ter de conciliar a vida profissional com a educação dos filhos.

Em resumo, a crise trouxe à luz do dia aquilo que as mulheres já sabiam, sublinha Eliane Glaser: “A falta de um sistema de apoio estruturado para as mães e a fragilidade da sua ocupação diária”.

A tese de todas as vozes que clamam por repensar a maternidade é que os progressos no feminismo não tornaram mais fácil o trabalho de ser mãe. “Após décadas de avanços sociais e campanhas feministas, a maternidade continua a ser muito mais difícil do que deveria ser”, afirma Glaser.

Um dos principais problemas é que, por reduzir a luta feminista pela maternidade ao direito de continuar ou não com uma gravidez, as mulheres ficaram sem apoios quando finalmente decidem que, na verdade, querem ter filhos.

A maternidade acaba por ser considerada como a assunção privada de uma carga que só lhes cabe a elas, considera Bachiochi. Talvez lemas como “nós parimos, nós decidimos” acabem por ter como efeito não previsto pelo feminismo algo do tipo “já decidiste, agora lida tu com as consequências”.

Glaser afirma que “a forma como se organiza a maternidade hoje em dia é uma barbaridade que seria claramente visível, se não pensássemos tratar-se de um trabalho individual das mães o terem de se ocupar por conseguir chegar a tudo”.

Para as feministas, é revelador que os avanços no feminismo parecem esbarrar numa barreira quando as mulheres decidem ser mães. É aquilo que algumas destas vozes designaram pela “diferença da maternidade”.

“Embora o ‘telhado de vidro’ continue a existir no trabalho, a maioria dos académicos afirma que é o muro materno que impede e dificulta o progresso da maioria das mulheres que trabalham”, assegura O’Reilly.

A situação está a obrigar a examinar se a obsessão pela igualdade não terá levado a deixar de lado aspetos específicos da mulher que deveriam ser abordados relativamente às diferenças que apresentam em face dos homens. É o que Erika Bachiochi chama “contribuição assimétrica para a reprodução”.

Bachiochi salienta que a sociedade deve assumir “a difícil tarefa de tratar as mulheres e os homens por igual perante a lei e, ao mesmo tempo, viver de acordo com as suas diferenças biológicas e reprodutivas”.

Ou seja, a sociedade tem de aprender a tratar as mulheres com equidade, tanto na esfera pública, como na privada, fazendo igualmente justiça à realidade evidente de que elas podem engravidar e os homens não. E que elas são as que podem dar de mamar e os homens não. E que elas são quem tem de recuperar do parto e os homens não.

“Apesar de todos os seus avanços, o mundo desenvolvido do século XXI não agiu muito bem nos cuidados para com as mães”, conclui Glaser, que denuncia, como as restantes feministas, que isto leva a que os melhores cuidados possíveis a dar aos filhos só sejam viáveis nas famílias de maiores rendimentos económicos.

A maternidade, relegada para assunto privado

Outro ponto em que concordam todas estas pensadoras é que o relegar da maternidade para a categoria de assunto privado foi fomentado pelo capitalismo radical.

Atualmente, grandes multinacionais como Google, Apple ou Uber oferecem às suas empregadas a possibilidade de congelarem os seus óvulos para que possam ser mães no futuro sem prejudicarem a sua carreira profissional.

“Que mensagem se envia às empregadas? Que é melhor adiar a maternidade para poder ascender profissionalmente? Que o seu trabalho é incompatível com ter filhos? Não seria mais lógico investir na conciliação de maternidade e emprego?”, reflete Vivas.

As feministas denunciam que a maternidade foi inserida na lógica do mercado, e as políticas levadas a cabo pelos partidos, independentemente da sua orientação ideológica, e nas empresas privadas, têm vindo a ser orientadas para maximizar a produtividade da mulher no seu posto de trabalho. O mais importante do que é feito não procura garantir os cuidados aos filhos no lar, mas um regresso rápido ao trabalho por parte das mães.

Assim se reforça o estigma da maternidade como um travão para o desenvolvimento profissional e se despreza o seu contributo social, político e económico, como sublinha Vivas, que assegura levar isto à renúncia da criação de um paradigma alternativo que coloque os cuidados no centro das políticas.

Além disso, estas pensadoras denunciam que o acesso ao mercado laboral não acabou por constituir a via de emancipação que prometia ser para a mulher. Com a sua ótica marxis-

ta, a ativista Silvia Federici assegura que “o trabalho não emancipou as mulheres (nem ninguém)”.

“Adquiriram autonomia perante o homem, mas não em relação ao capital”, salienta Federici, que assegura terem as organizações capitalistas intervindo na agenda feminista para promoverem os seus interesses.

Em resumo, embora a presença da mulher no mundo laboral tenha sido assegurada (e isto não deve ser menosprezado), a sociedade não respondeu aos verdadeiros desejos das mães: poderem ter filhos antes; terem mais filhos (as mulheres citam motivos económicos como primeira causa para não terem os filhos que desejam); poderem passar mais tempo a cuidar dos filhos pequenos, especialmente durante o primeiro ano de vida; e mais flexibilidade.

Ou seja, não é que as mulheres queiram ficar em casa (embora algumas o queiram); o que não querem é que o seu desenvolvimento profissional implique sacrificar as suas aspirações familiares ou submetê-las a condições incompatíveis com os cuidados aos filhos.

“O problema não é a maternidade, mas um sistema socio-económico virado contra a criação dos filhos e os cuidados a ter com eles, o qual nega que somos seres interdependentes”, reflete Vivas.

Nessa mesma linha de argumentação, Bachiochi defende uma economia ao serviço das famílias, e não o contrário.

Vozes diferentes

Nem tudo são consensos nesta nova luta para fazer com que a maternidade tenha espaço próprio dentro da luta pelos direitos da mulher.

A maioria das feministas continua a considerar o aborto como um direito fundamental, enquanto que o feminismo pró-vida assegura estar na raiz do problema do conflito entre feminismo e maternidade.

Bachiochi, que já foi defensora do aborto, salienta agora que o movimento pelos direitos das mulheres abandonou a maternidade à sua sorte “no dia em que abraçou de todo o coração o aborto como remédio e como a condição *sine qua non* da liberdade e da igualdade das mulheres”. A sua tese é que o aborto contribuiu para identificar a maternidade como um fardo para a mulher, que deve ser eliminado, e impediu o reconhecimento por parte do mundo empresarial de que a maioria das pessoas trabalhadoras estão profundamente marcadas pelas suas obrigações familiares e pelos cuidados a prestar aos dependentes.

Outras posições, como a de Silvia Federici, incluem o salário para remunerar o trabalho no lar como parte das suas exigências, contra acusações feitas por outras feministas a considerar ser essa uma medida que acaba por institucionalizar as mulheres em casa.

Integrar a maternidade no debate público

Qual é, pois, a solução? Para Bachiochi, o fundamental está na substituição ocorrida no Supremo Tribunal dos Estados Unidos quando Amy Coney Barrett, casada e mãe de 7 filhos, ocupou a vaga deixada pela juíza Ruth Bader Ginsburg após o seu falecimento.

Bachiochi admira a luta pela defesa dos direitos das mulheres de Ruth Bader Ginsburg, mas considera que se enganou ao centrar-se no aborto e ao reivindicar a autonomia como principal valor para a cidadania.

Sem negar os contributos de Ginsburg, Bachiochi considera a sucessão de Barrett como uma metáfora do [novo feminismo](#), que colocaria no centro a dependência e os cuidados a prestar, além da necessidade de uma responsabilidade partilhada para avançar com as famílias.

Nem todas as vozes partilham a visão antiabortista de Erika Bachiochi, mas sim a ideia de que a sociedade tem de assumir a sua responsabilidade e deixar de colocar toda a carga nas mães.

“Está na hora de deixarmos de pedir às mulheres que colmatem o fosso entre os objetivos de vida razoáveis e as limitações biológicas e sociais, e reconhecermos que se trata de uma responsabilidade social e política integral”, salienta Glaser.

Outro ponto em que concordam as feministas pró-maternidade é que a responsabilidade partilhada começa no próprio lar e necessita do envolvimento masculino, sem menosprezar as diferenças biológicas que levam a que nem todos possam fazer exatamente o mesmo em todos os momentos da criação dos filhos.

“Se a nossa sociedade valorizasse melhor os cuidados com as pessoas, talvez os homens o fizessem mais, e acabaríamos por verificar uma maior equidade, tanto no lar, como no trabalho”, assegura Bachiochi.

Transformar a sociedade para que coloque os cuidados no seu centro, passa também por uma nova forma de fazer política, o que implica uma liderança feminina concreta que a senadora italiana Paola Binetti chamou de “maternidade política” no seu livro [“La leadership femminile”](#).

“A liderança feminina é uma liderança para a mudança ou não o é”, defende Binetti, assegurando que as mulheres têm de entrar na vida política como mulheres, não como homens, para que haja verdadeiras transformações.

Resumindo, para Bachiochi, o movimento feminista atual foi mais lento a reconhecer que os direitos abstratos só levam as mulheres até um certo ponto de progresso. A pressão é hoje insustentável para as mulheres grávidas e para as famílias, “as mesmas pessoas a quem as futuras gerações deverão a sua existência e bem-estar”, sentencia Bachiochi.

Andrea O'Reilly sublinha que a realidade é a maioria das mulheres serem mães e que essa maternidade é fundamental para a sua forma de ver e viver o mundo, pelo que seria um erro para o feminismo não acolher as suas reivindicações.

O debate que levantam estas intelectuais é uma aposta no feminismo e na sociedade em geral para evitar que a maternidade e a participação das mulheres na vida económica e social sejam um jogo de soma zero.

A. Z. V.